



**DECLARAÇÃO DA REDE DE FUNDOS
COMUNITÁRIOS DA AMAZÔNIA
PARA A COP30**

Nós, Fundos da Amazônia Brasileira, representantes de povos indígenas, povos afrodescendentes, extrativistas, agricultores familiares e comunidades tradicionais, articulados na Rede de Fundos Comunitários da Amazônia, nos dirigimos à Presidência da 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém do Pará, e ao Secretariado da UNFCCC, levando a urgência e a sabedoria de quem sente, no corpo e no território, os efeitos devastadores da emergência climática.

A Rede de Fundos é uma aliança construída a partir de movimentos territoriais da Amazônia e atualmente envolve nove fundos comunitários: o Fundo Indígena do Rio Negro, o Fundo Dema, o Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia Luzia Dorothy do Espírito Santo, o Fundo Quilombola Mizizi Dudu, o Fundo Extrativista Puxirum, o Fundo Babaçu, o Fundo Timbira, o Fundo Indígena Podáali e o Fundo Indígena Rutî. Todos esses fundos são geridos diretamente por nós, povos da Amazônia, e representam experiências concretas de autogestão e acesso direto a recursos, que fortalecem nossos territórios, nossos modos de vida e nossas economias próprias e sustentáveis.

A Amazônia se aproxima perigosamente de seu ponto de não retorno, limite crítico que pode desencadear transformações irreversíveis e colapsos climáticos com impactos globais. Essa realidade decorre de atividades predatórias e políticas de desenvolvimento insustentáveis. No entanto, é também território de experiências de resistência e cuidado que sustentam a vida, a biodiversidade e o equilíbrio climático do planeta. Há séculos, nós, povos da Amazônia, somos os verdadeiros guardiões da sociobiodiversidade e das florestas que absorvem enormes quantidades de carbono, ajudando a regular o clima e a manter o equilíbrio do planeta. Nossos territórios são coletivos, inalienáveis e imemoriais. Nossa relação com a terra é a base de nossa existência, da transmissão de conhecimentos e da nossa capacidade de enfrentar as crises ambientais, sociais e climáticas.

As COP's ainda são espaços distantes de nossas realidades. A COP30, no entanto, está anunciando ser uma "COP da virada", direcionada à ação e aberta para escutar as contribuições de nossas ciências e práticas. Por isso, exigimos que as decisões tomadas em Belém incorporem de forma efetiva nossas vozes, nossas propostas e nossos modos de organização. O financiamento direto, flexível e adequado não é apenas um instrumento: é condição para garantir a autonomia dos povos da Amazônia e fortalecer sua autogestão. Isso implica reconhecer os fundos comunitários como instrumentos legítimos de acesso a recursos climáticos, capazes de captar, gerir, distribuir e, portanto, fazer aterrissar o resultado do financiamento climático de forma mais rápida e efetiva aos territórios. Significa garantir recursos não carimbados, direcionados ao fortalecimento e manutenção das organizações de base comunitária, suas governanças, equipes e iniciativas, reconhecendo seu papel na ação climática. Assim como estabelecer metas anuais concretas de aporte financeiro, em escala compatível com a urgência da crise climática, garantindo que tais recursos sejam administrados com base em nossos próprios mecanismos de governança, salvaguardas e formas próprias de garantir transparência e legitimidade.

A crise climática tem causas, nomes e responsáveis. Se a Amazônia cai, o planeta colapsa. Não aceitaremos participação simbólica. Exigimos presença real, respeito às nossas formas de organização e a construção coletiva de soluções climáticas propostas a partir dos territórios.

**Por todas e todos que vieram antes e por todas e todos que virão depois, reafirmamos:
A RESPOSTA SOMOS NÓS!**

PROPOSTAS DA REDE DE FUNDOS DA AMAZÔNIA PARA A COP30

1. FINANCIAMENTO DIRETO E AUTÔNOMO.

O financiamento direto, flexível e adequado deve ser reconhecido como pilar da ação climática global. Os fundos comunitários da Amazônia já demonstram capacidade consolidada de gestão, com mecanismos próprios de governança, transparência e efetividade. Por isso, propomos que se estabeleça uma meta de destinação anual mínima de 1 bilhão de dólares proveniente do financiamento climático diretamente aos fundos e às organizações representativas dos povos da Amazônia, ampliando o impacto de sua autogestão e a autonomia dos territórios.

Esse recurso deve priorizar o acesso direto aos fundos climáticos multilaterais (como o Fundo de Perdas e Danos, o Fundo de Adaptação, o Fundo Verde para o Clima, o TFFF e outros), assegurando salvaguardas efetivas que garantam o respeito aos protocolos de consulta, ao direito à consulta livre, prévia e informada e às formas próprias de governança dos povos da Amazônia. Ressaltamos a importância de que os fundos multilaterais criem janelas dedicadas para organizações e fundos de base comunitária, assegurando a elegibilidade de nossos fundos. Isso significa garantir que os financiamentos realmente fortaleçam as economias locais, os modos de vida e os sistemas produtivos sustentáveis em toda a diversidade amazônica, da floresta densa aos cerrados, das várzeas aos pantanais e babaçuais.



2. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROTEÇÃO TERRITORIAL.

A proteção da Amazônia passa, necessariamente, pela garantia dos direitos territoriais. Defendemos a demarcação de territórios indígenas, a titulação de territórios quilombolas e de territórios de uso coletivo como reservas extrativistas (Resex), projetos de assentamento agroextrativista (PAE), reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), projetos de assentamento sustentável (PAES). Essas medidas, junto com a reforma agrária para a agricultura familiar, são estratégias climáticas centrais.

É fundamental que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil incluam orçamento específico e metas vinculantes, assegurando o respeito ao nosso direito de voto sobre os usos do território. Nós, povos da Amazônia, já estamos elaborando e apresentando nossas próprias NDCs, que precisam ser reconhecidas e incorporadas às NDCs nacionais, para que expressem de fato nossas contribuições e soluções frente à crise climática.

Recomendamos que o Brasil assuma um papel ativo na construção dos compromissos internacionais, proponha metas mais ambiciosas e atue para influenciar outros países a reconhecerem a centralidade dos territórios, e de seus guardiões e guardiãs, na ação climática.

Projetos de monocultura, plantações de eucalipto, grandes empreendimentos de infraestrutura e formas de exploração de bens naturais que ameaçam a integridade da Amazônia, precisam ser revogados, pois negam o caráter climático e socioambiental dos territórios. O enfrentamento do desmatamento e dos incêndios florestais deve ser tratado como prioridade, com metas claras e mecanismos efetivos de monitoramento, prevenção e responsabilização.



3. RECONHECIMENTO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS.

A Amazônia é território de ciência, tecnologia e conhecimento tradicional, e não pode ser reduzida a uma visão de conservação passiva. Nossos povos produzem, há milênios, sistemas complexos de manejo, cultivo, restauração e proteção que constituem verdadeiras escolas de inovação climática. Exigimos o reconhecimento desses conhecimentos, ciências e tecnologias próprias como estratégias legítimas de mitigação, adaptação e restauração. Isso implica garantir direitos coletivos sobre autoria e propriedade intelectual, assegurar protocolos de proteção contra apropriação indevida e valorizar os territórios como centros vivos de produção de ciência, onde saberes milenares dialogam em pé de igualdade com soluções contemporâneas para enfrentar a crise global.

4. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS ADEQUADOS.

É necessário reconhecer que nós, povos da Amazônia, já criamos nossos próprios mecanismos financeiros, legítimos, eficazes e enraizados em nossos territórios. Esses mecanismos devem ser plenamente reconhecidos, não como exceções ou experiências-piloto, mas como parte estruturante da governança climática global.

Não se pode esperar que povos e comunidades se moldem a regras externas para acessar o financiamento climático. Ao contrário, são os mecanismos internacionais que precisam se adaptar às realidades comunitárias. Isso significa: garantir acesso a recursos sem a exigência exclusiva de CNPJ; reconhecer e financiar custos operacionais como parte da resiliência, tomando os custos de fortalecimento de organizações de base comunitária como investimento climático legítimo; fortalecer os sistemas próprios de governança; e adotar mecanismos de prestação de contas adequados, com indicadores definidos pelos próprios povos e com acompanhamento participativo.

Propomos também a designação de assentos e direito a voto para organizações de base comunitária na governança dos fundos multilaterais, garantindo participação desde o desenho até a decisão e avaliação dos recursos implementados.



5. PROTEÇÃO DA VIDA.

Na Amazônia, defender o clima é defender a vida. Propomos que a proteção das lideranças, comunidades, defensores de direitos humanos e dos povos indígenas em isolamento voluntário seja reconhecida e diferenciada como uma ação climática estratégica.

Isso significa estabelecer a proteção da vida como princípio orientador nos acordos climáticos, criar mecanismos de monitoramento, alerta precoce e resposta rápida, e registrar explicitamente no Balanço Global que a defesa de povos, territórios e lideranças amazônicas é inseparável da luta contra a crise climática.

6. CENTRALIDADE DAS MULHERES E JUVENTUDES.

A transição justa e a ação climática só serão possíveis com a centralidade das mulheres amazônidas. Defendemos sua participação plena e efetiva nos espaços de decisão da COP30 e em todas as instâncias de formulação de políticas climáticas. Propomos o fortalecimento de mecanismos de financiamento direto voltados especificamente às mulheres dos territórios. Elas devem ser reconhecidas como protagonistas e autoridades climáticas, cuja liderança assegura a continuidade da vida e a preservação da floresta.

A participação das juventudes também é estratégica para a proteção dos territórios e para a inovação climática. Defendemos sua inserção efetiva em programas de governança territorial, na elaboração de planos de gestão e em projetos de financiamento comunitário, com metas claras de representatividade e com lideranças jovens atuando como continuidade de um processo de luta, pois a juventude é, ao mesmo tempo, a continuidade e o fruto da nossa luta.



7. COERÊNCIA GOVERNAMENTAL E COMPROMISSOS CONCRETOS.

Não há credibilidade internacional sem coerência nacional. Exigimos que o governo brasileiro cumpra sua obrigação constitucional de proteger os territórios e os direitos dos povos da Amazônia, revogando medidas que ameaçam a vida, como o Marco Temporal. É necessário barrar a expansão de agrotóxicos, mineração, exploração de combustíveis fósseis, grandes hidrelétricas e outros empreendimentos de alto impacto.

Reforçamos, ainda, a necessidade de fortalecimento e implementação plena de políticas nacionais como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas (PNGTAQ). Estas políticas, com todos os seus eixos, incluindo planejamento territorial participativo, proteção ambiental, uso sustentável dos recursos, fortalecimento da educação rural diferenciada e promoção de desenvolvimento socioeconômico culturalmente adequado, são instrumentos centrais para garantir a justiça socioambiental e climática nos territórios.

Por fim, reafirmamos a exigência de participação plena e com poder de decisão dos povos da Amazônia em todos os níveis da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, assegurando que nossas demandas e propostas tenham efeito real nas políticas nacionais e internacionais.

O planeta não pode mais esperar. Nossos territórios, nossas lideranças, nossas ciências são parte insubstituível da solução. Pelas atuais e futuras gerações, pela vida da Mãe Terra e de toda a humanidade,

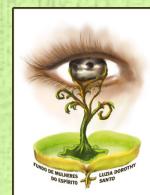
A RESPOSTA SOMOS NÓS

Brasília, 29 de agosto de 2025

Rede de Fundos Comunitários da Amazônia



Rede de Fundos Comunitários da Amazônia



PUXIRUM
Fundo Extrativista
da Amazônia Brasileira



Fundo
Indígena do
Rio Negro



**FUNDO INDÍGENA
RUTI**
O FRUTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

**FUNDO
INDÍGENA
TIMBIRA**

CONTATOS

📞 +55 91 99257-6526

✉️ secretaria@fundoscomunitariosamazonia.org.br

comunicacao@fundoscomunitariosamazonia.org.br

🌐 www.fundoscomunitariosamazonia.org.br

🌐 [fundoscomunitariosamazonia](https://www.fundoscomunitariosamazonia.org.br)